

**ATENÇÃO!**

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

Língua Portuguesa

Dicas de Segurança: Em casa

- Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata, antes mesmo de atendê-lo. Em caso de suspeita, chame a Polícia.
- À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência. Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.
- Não mantenha muito dinheiro em casa e nem armas e joias de muito valor.
- Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa. Dê preferência a profissionais estabelecidos e que tenham seus telefones no catálogo telefônico.
- Evite deixar seus filhos em casa de colegas e amigos sem a presença de um adulto responsável.
- Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças e empregadas para obter informações sobre sua rotina diária.
- Cheque sempre as referências de empregados domésticos (saiba o endereço de sua residência).
- Utilize trancas e fechaduras de qualidade para evitar acesso inoportuno. O uso de fechaduras auxiliares dificulta o trabalho dos ladrões.
- Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa.
- Quando possível, deixe alguma pessoa de sua confiança vigiando sua casa. Utilize, se necessário, seu vizinho, solicitando-lhe que recolha suas correspondências e receba seus jornais quando inevitável.
- Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas.
- Não coloque cadeados do lado de fora do portão. Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando.
- Cheque a identidade de entregadores, técnicos de telefone ou de aparelhos elétricos.
- Insista com seus filhos: eles devem informar sempre onde estarão, se vão se atrasar ou se forem para a casa de algum amigo. É muito importante dispor de todos os telefones onde é possível localizá-los.

- Verifique se as portas e janelas estão devidamente trancadas e jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa.

Adaptado de <https://isesp.es.gov.br/em-casa>. Acesso em: 30/Jan/2019.

1. O texto de apoio, por caracterizar-se como uma lista de instruções ao público-alvo, apresenta, predominantemente, o discurso  
(A) argumentativo.  
(B) narrativo.  
(C) relatado.  
(D) injuntivo.  
(E) preditivo.
2. Considere o trecho "Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada." e assinale a opção correta quanto ao uso de pontuações alternativas.  
(A) Caso haja suspeita. Não estacione, ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.  
(B) Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada.  
(C) Caso haja suspeita, não estacione. Ligue para a polícia e aguarde a sua chegada.  
(D)  Caso haja suspeita, não estacione, ligue para a polícia, e aguarde a sua chegada!  
(E) Caso haja suspeita; não estacione. Ligue para a polícia! (e aguarde a sua chegada).
3. Assinale a alternativa em que a locução verbal em destaque pode ser substituída pelo verbo principal conjugado no mesmo tempo e modo verbal da locução, sem modificar o sentido da oração.  
(A) "Cuidado com pessoas estranhas que podem usar crianças [...] para obter informações sobre sua rotina diária."  
(B) "[...] jamais avise a estranhos que você não vai estar em casa."  
(C) "[...] eles devem informar sempre onde estarão [...]".  
(D)  "Antes de sair, você precisa verificar se as portas e janelas estão devidamente trancadas [...]".  
(E) "Isso costuma ser um sinal de que o morador está viajando."

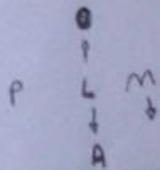
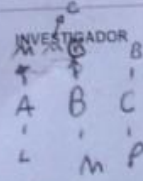
4. A acentuação é de suma importância ao entendimento do texto. Nesse sentido, assinale a alternativa em que a retirada dos acentos gráficos não configura erro isoladamente, mas pode gerar alterações no sentido ou na classe das palavras, quando em um texto.
- (A) Polícia - cópias.  
 (B) Telefônico - está.  
 (C) Residência - de.  
 (D) Domésticos - catálogo.  
 (E) Responsável - possível.
5. Todas as frases que seguem apresentam oração subordinada temporal, EXCETO
- (A) "Ao viajar, suspenda a entrega de jornais e revistas."  
 (B) "Quando for tirar cópias de suas chaves, escolha chaveiros que trabalhem longe de sua casa."  
 (C) "Em sua residência, ao atender um chamado, certifique-se de quem se trata."  
 (D) "Caso haja suspeita, não estacione; ligue para a polícia e aguarde a sua chegada."  
 (E) "À noite, ao chegar em casa, observe se há pessoas suspeitas próximas à residência."
6. Considerando as regras de regência e de colocação pronominal, assinale a alternativa redigida corretamente.
- (A) Lembre-se de suspender a entrega de jornais e revistas.  
 (B) Lembre da suspensão da entrega de jornais e revistas.  
 (C) Não esqueça-se de trancar portas e janelas.  
 (D) Não esqueça de trancar portas e janelas.  
 (E) É mais preferível pedir que o vizinho recolha as correspondências do que suspender sua entrega.
7. No trecho "Seus filhos devem informar sempre [...] se vão se atrasar [...]", os termos em destaque classificam-se, respectivamente, como
- (A) conjunção subordinativa causal - partícula de realce.  
 (B) pronome apassivador - conjunção subordinativa condicional.  
 (C) conjunção subordinativa conformativa - pronome apassivador.  
 (D) pronome reflexivo - conjunção integrante.  
 (E) conjunção integrante - pronome reflexivo.

8. Assinale a alternativa cujo conectivo apresentado relaciona corretamente as seguintes frases, preservando-lhes o sentido: "Não deixe luzes acesas durante o dia. Isso significa que não há ninguém em casa."
- (A) Porque.  
 (B) Embora.  
 (C) Também.  
 (D) Contudo.  
 (E) Portanto.
9. Assinale a alternativa em que a palavra seja formada por prefixação.
- (A) Entregadores.  
 (B) Estranhos.  
 (C) Fechaduras.  
 (D) Inoportuna.  
 (E) Chaveiro.
10. No excerto "[...] jamais avise a estranhos que você não estará em casa.", será obrigatório o uso do sinal indicativo de crase, no caso de o termo em destaque ser substituído por
- (A) vizinhos da rua.  
 (B) vizinhança toda.  
 (C) entregadores.  
 (D) cobradores.  
 (E) quem quer que seja.

Raciocínio Lógico e Matemático

11. Três funcionários públicos, Antônio, Bruno e Carlos, foram contratados para 3 cargos distintos: perito, legista e médico. Esses funcionários possuem meios de locomoção diferentes: um tem carro, o outro uma moto e o outro uma bicicleta. Considere as seguintes afirmações:
- o médico possui o carro;
  - Carlos tem uma bicicleta;
  - Antônio é legista.
- De acordo com essas afirmações, é correto afirmar que
- (A) Antônio não tem uma moto.  
 (B) Carlos é Médico.  
 (C) Bruno é perito.  
 (D) Antônio tem um carro.  
 (E) Bruno tem um carro.

L - B  
 A - L





12. Dada a afirmação: "Ezequiel é perito criminal e Osmar é investigador da policia.", assinale a alternativa que apresenta sua negação.

- (A) "Ezequiel não é perito e Osmar não é investigador."
- (B) "Ezequiel não é perito ou Osmar não é investigador."
- (C) "Ezequiel é perito ou Osmar não é investigador."
- (D) "Ezequiel não é perito ou Osmar não é investigador."
- (E) "Ezequiel é perito e Osmar é investigador."

13. Apresentadas as seguintes afirmações:

- I. Concurso público significa estabilidade;
- II. estudar é fundamental para quem deseja passar em um concurso público;
- III. se concurso público não significa estabilidade, então estudar não é fundamental para quem deseja passar em um concurso público;

é correto afirmar que a afirmação III será falsa, quando a(s) afirmação(ões)

- (A) I e II forem falsas.
- (B) I e II forem verdadeiras.
- (C) I for falsa e a II for verdadeira.
- (D) I for verdadeira e a II for falsa.
- (E) I for falsa ou a II for falsa.

14. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

- I. sou policial ou não sou Legista;
- II. sou Médico ou sou Legista;
- III. sou perito ou não sou Médico.

- Se não sou policial, então,
- (A) não sou perito e sou médico.
  - (B) sou perito e sou médico.
  - (C) sou legista e sou perito.
  - (D) não sou policial e não sou perito.
  - (E) sou legista e não sou perito.

15. Dada a afirmação: "Todo político é corrupto.", assinale a alternativa que seja uma afirmação logicamente equivalente.

- (A) "Todo corrupto é político."
- (B) "Quem não é político não é corrupto."
- (C) "Um homem é político ou é corrupto."
- (D) "Um homem não é corrupto ou não é político."

Político  $\rightarrow$  Corrupto  
 $\neg$  Político  $\rightarrow$   $\neg$  Corrupto

(E) "Todos que não são corruptos não são políticos."

16. Considerando p e q duas proposições quaisquer, assinale a alternativa que representa, logicamente, uma tautologia.

- (A)  $\sim p \wedge p$
- (B)  $\sim p \wedge \sim q$
- (C)  $(p \wedge q) \rightarrow (p \vee q)$
- (D)  $(p \vee q) \rightarrow (p \wedge q)$
- (E)  $p \vee q$

17. Considere a proposição: "O contingente de policiais aumenta ou o índice de criminalidade irá aumentar". Nesse caso, a quantidade de linhas da tabela verdade é igual a

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 8.
- (D) 16.
- (E) 32.

$2 \cdot 2 = 4$

18. Assinale a alternativa que apresenta um argumento lógico válido.

- (A) Todos os mamutes estão extintos e não há elefantes extintos, logo nenhum elefante é um mamute.
- (B) Todas as meninas jogam vôlei e Jonas não é uma menina, então Jonas não joga vôlei.
- (C) Em São Paulo, moram muitos retirantes e João é um retirante, logo João mora em São Paulo.
- (D) Não existem policiais corruptos e Paulo não é corrupto, então Paulo é policial.
- (E) Todo bolo é de chocolate e Maria fez um bolo, logo Maria não fez um bolo de chocolate.

19. Dada a proposição: "Se eu investigar, eu descubro o assassino.", é correto afirmar que ela pode ser reescrita, sem alterar o sentido lógico, igual a alternativa:

- (A) "Se eu não investigar, eu não descubro o assassino."
- (B) "Se eu não descobri o assassino, eu não investiguei."
- (C) "Descobri o assassino e não investiguei."
- (D) "Investiguei e não descobri o assassino."
- (E) "Se eu descobri o assassino, eu não investiguei."

Se eu não investigar, eu não descobri o assassino  
 Eu não descobri o assassino, então não investiguei



20. Antônio, Bruno, Carlos, Davi e Elias foram selecionados para participar de um programa de televisão, onde eles deveriam ficar trancados em uma casa por 4 semanas. Sobre esses candidatos, sabemos que

- os 5 rapazes são de estados diferentes: RJ, SP, SC, ES e PR;
- Antônio e o rapaz que mora no RJ ficaram logo amigos;
- Antônio não é paulista e nem catarinense;
- Elias nasceu no estado do ES;
- Carlos torce para o mesmo time do rapaz que mora em SP, enquanto o rapaz carioca torce para o time arquirrival;
- o rapaz paulista e Davi jogaram damas.

Considerando as informações apresentadas, de qual estado é o rapaz chamado Davi?

- (A) RJ.
- (B) SP.
- (C) SC.
- (D) ES.
- (E) PR.

#### Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

21. Assinale a alternativa correta a respeito da ajuda de custo e das diárias do funcionário policial.

- (A) É considerada falta grave conceder diárias com o objetivo de remunerar serviços ou encargos outros ou recebê-las com a violação das normas específicas constantes no Estatuto da categoria.
- (B) Será concedida ajuda de custo ao funcionário policial que se deslocar da sede em objeto de serviço, para indenização de despesa de alimentação e pousada.
- (C) Será concedida diária ao funcionário policial ainda que o deslocamento constitua exigência permanente do cargo.
- (D) Não é autorizada a cumulação da percepção de ajuda de custo e diárias.
- (E) A ajuda de custo, em hipótese alguma, será paga antecipadamente.

22. A respeito das penas disciplinares, assinale a alternativa correta.

- (A) Para aplicação da pena disciplinar, não serão considerados os danos ao serviço público decorrentes da transgressão.
- (B) São penas disciplinares previstas no Estatuto dos Funcionários Policiais do Espírito Santo, dentre outras, a advertência, a suspensão, a demissão e a prisão administrativa por período não superior a 30 dias.
- (C) A comprovação de motivo de força maior para prática da agressão é causa atenuante da pena.
- (D) A aplicação das penas de suspensão de até 60 dias, de destituição de função, de alteração compulsória de localização e de advertência será precedida de investigação sumária.
- (E) O fato de o funcionário policial haver cometido a infração sob a influência de violenta emoção provocada por ato injusto de terceiros é causa de justificação da transgressão.

23. A respeito do ato de reintegração, é correto afirmar que

- (A) a reintegração somente será possível por meio de determinação constante em sentença judicial.
- (B) a reintegração é o reingresso do funcionário policial afastado do serviço público, com pleno ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens ligados ao cargo.
- (C) é dispensada a inspeção médica especializada no funcionário policial reintegrado.
- (D) o funcionário policial que for considerado incapaz ou inválido será readaptado.
- (E) não sendo possível a reintegração do funcionário policial, ele será aposentado, com a remuneração do cargo.

24. São prerrogativas dos funcionários policiais EXCETO

- (A) portar armas, mediante autorização do órgão competente.
- (B) o desempenho de cargos e funções compatíveis com a sua condição hierárquica.
- (C) o uso de insígnia e identificação funcional, somente quando estiver em serviço.
- (D) assistência jurídica prestada pelo Estado, quando submetido a processo em juízo em razão do exercício do cargo.
- (E) assistência médico-hospitalar às expensas do Estado, quando ferido ou acidentado em serviço.



25. A respeito dos vencimentos, remuneração e descontos dos funcionários policiais, assinale a alternativa correta.
- (A) Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixada em lei.
- (B) Vencimento é a retribuição que representa a totalidade do ganho.
- (C) O funcionário policial não perderá o vencimento ou a remuneração quando no exercício de mandato eletivo federal ou estadual.
- (D) Serão descontadas dos vencimentos do funcionário policial as faltas destinadas ao seu casamento, ainda que limitadas a oito dias consecutivos.
- (E) A exoneração e a demissão do funcionário policial em (débito) para com a Fazenda Pública implicarão na inscrição da quantia devida em dívida ativa.

#### Noções de Direito Administrativo

26. A autorização de serviço público pode ser considerada um
- (A) contrato administrativo por prazo determinado, sendo dispensada prévia licitação.
- (B) ato administrativo unilateral, vinculado e precário.
- (C) contrato administrativo por prazo indeterminado, precedido de licitação.
- (D) ato administrativo unilateral, discricionário e precário.
- (E) contrato administrativo precário por prazo indeterminado, sendo dispensada prévia licitação.
27. Tanto os agentes públicos quanto a Administração Pública devem agir conforme os preceitos éticos já que tal violação implicará em uma transgressão do próprio Direito, o que caracterizará um ato ilícito de modo a gerar a conduta viciada em uma conduta invalidada. O enunciado refere-se ao Princípio da
- (A) Legalidade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Moralidade.
- (D) Supremacia do Interesse Público.
- (E) Eficiência.
28. Dentro da organização da Administração Pública, pode-se conceituar o processo de desconcentração como
- (A) a distribuição de competências entre órgãos dentro da mesma pessoa jurídica, a fim de permitir o mais adequado e racional desempenho das atividades estatais.
- (B) o fenômeno inerente à Administração Indireta, que consiste na criação de entidades para atividades de fiscalização e regulação de um determinado setor.
- (C) a prestação de serviço ao Poder Público, por meio de contrato de gestão ou termo de parceria com empresas do setor privado.
- (D) a transferência de poderes e atribuições para um sujeito distinto e autônomo do ente federativo criador.
- (E) o ato de criação de pessoas jurídicas meramente administrativas, sem a característica de ente político.
29. A seguinte definição: "Pessoa jurídica de direito privado administrada exclusivamente pelo poder público, instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em lei e sendo de propriedade única do Estado," se refere
- (A) a entes do sistema "S".
- (B) à Fundação Pública.
- (C) à Sociedade de Economia Mista.
- (D) à Empresa Pública.
- (E) à Agência Reguladora.
30. O princípio pelo qual a Administração Pública exerce controle sobre seus próprios atos, tendo a possibilidade de anular os ilegais e de revogar os inoportunos, denomina-se
- (A) Princípio da Legalidade.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Motivação dos Atos Administrativos.
- (D) Princípio da Continuidade Administrativa.
- (E) Princípio da Moralidade Administrativa.
31. O desdobramento do Poder Hierárquico pelo qual o agente superior detém a prerrogativa para o exercício de competência de atribuições originárias de seus subalternos denomina-se
- (A) Poder Disciplinar.
- (B) Avocação.
- (C) Delegação.
- (D) Subordinação.
- (E) Poder Regulamentar.



32. O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se
- (A) Poder Regulamentar.  
 (B) Poder Normativo.  
 (C) Poder de Polícia.  
 (D) Poder Vinculado.  
 (E) Poder Discricionário.
33. A Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, disciplina os casos em que se dará a VACÂNCIA, a qual ocorrerá EXCETO no caso de
- (A) Ascensão.  
 (B) Exoneração.  
 (C) Destituição de Cargo em Comissão.  
 (D) Aposentadoria.  
 (E) Demissão.
34. De acordo com a Teoria dos Atos Administrativos, o requisito de validade do ato, discricionário e que consiste na "situação fática ou jurídica cuja ocorrência autoriza ou determina a prática do ato", denomina-se
- (A) Competência.  
 (B) Finalidade.  
 (C) Objeto.  
 (D) Forma.  
 (E) Motivo.
35. Tendo como base a Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos direitos e vantagens do servidor do Estado do Espírito Santo.
- (A) Os vencimentos dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são idênticos para cargo de atribuições iguais ou semelhantes, observando-se, como parâmetro, aqueles atribuídos aos servidores do Poder Executivo.  
 (B) O menor vencimento atribuído aos cargos de carreira não poderá ser inferior a um trinta avos do maior vencimento.  
 (C) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho. OK

- (D) Por ocasião das férias do servidor público, ser-lhe-á devido um adicional de um terço da remuneração percebida no mês em que se iniciar o período de fruição. OK  
 (E) Constituem indenizações ao servidor público a ajuda de custo, as diárias e o auxílio-transporte.

36. Assinale a alternativa que corresponda a um órgão/entidade que pertença à Administração Pública Direta.

- (A) Agência Reguladora.  
 (B) Agência Executiva.  
 (C) Departamento de Estradas e Rodagens - DER.  
 (D) Secretaria do Tesouro Nacional.  
 (E) Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

37. Qual dos seguintes órgãos NÃO está vinculado ao Poder Judiciário?

- (A) Superior Tribunal Militar - STM.  
 (B) Conselho Nacional de Justiça - CNJ.  
 (C) Tribunal de Contas da União - TCU.  
 (D) Tribunal Superior Eleitoral - TSE.  
 (E) Tribunal Superior do Trabalho - TST.

38. Dentro da classificação dos Agentes Públicos, os Concessionários Públicos e os Mesários Eleitorais são considerados, respectivamente:

- (A) Agentes Delegados e Agentes Políticos.  
 (B) Agentes Administrativos e Agentes Políticos.  
 (C) Agentes Credenciados e Agentes Honoríficos.  
 (D) Agentes Delegados e Agentes Honoríficos.  
 (E) Agentes Honoríficos e Agentes Credenciados.

39. A aptidão do Ato Administrativo em produzir efeitos denomina-se

- (A) Objetividade. COM F I F O no 08  
 (B) Tipicidade. PATJ  
 (C) Motivação.  
 (D) Validade.  
 (E) Eficácia.

40. Assinale a alternativa que apresenta um Ato Administrativo discricionário. - não tem quem estabelecer

- (A) Permissão de Serviço Público. Variável - não tem moeda  
 (B) Concessão de Licenças.  
 (C) Nomeação de Funcionário Público Estatutário.  
 (D) Aplicação de Multa.  
 (E) Concessão de Alvará de Localização.



41. Em relação à Responsabilidade Civil do Estado, o art. 37, §6º, da Constituição Federal deixa claro que, no Brasil, foi adotada a

- (A) Teoria do Risco Administrativo.
- (B) Teoria da Culpa Administrativa.
- (C) Teoria da Responsabilidade Subjetiva.
- (D) Teoria do Dolo Eventual.
- (E) Teoria do Risco Integral.

42. Contrato através do qual o Estado delega a alguém o exercício de um serviço público e este aceita prestá-lo em nome do Poder Público sob condições fixadas e alteráveis unilateralmente pelo Estado, mas por sua conta, risco, remunerando-se pela cobrança de tarifas diretamente dos usuários do serviço e tendo a garantia de um equilíbrio econômico-financeiro. O enunciado apresentado é a definição de

- (A) autorização de serviço público.
- (B) permissão de serviço público.
- (C) concessão de serviço público.
- (D) consórcio público.
- (E) convênio público.

43. O poder dos Chefes de Executivo de explicar, de detalhar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei denomina-se

- (A) Poder de Polícia.
- (B) Poder Regulamentar.
- (C) Poder Disciplinar.
- (D) Poder Hierárquico.
- (E) Poder Discricionário.

44. Assinale a alternativa correta acerca dos deveres e prerrogativas do servidor público

- (A) A vedação constitucional do acúmulo de cargos, empregos e funções públicas não se aplica aos integrantes das sociedades de economia mista.
- (B) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- (C) O servidor público que possua um cargo de professor só poderá acumular seu cargo com outro cargo de professor.
- (D) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, será afastado

do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

45. A fiscalização dos gastos efetuados pela União, assim como das entidades da administração direta e indireta a ela ligados, quanto à legalidade e demais aspectos estabelecidos na legislação, será exercida

- (A) pelo Tribunal de Contas da União.
- (B) pelo Senado Federal.
- (C) pela Câmara dos Deputados.
- (D) por uma comissão mista composta por integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado.
- (E) pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

#### Noções de Direito Constitucional

46. De acordo com o disposto no texto constitucional, assinale a alternativa INCORRETA acerca da Educação.

- (A) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.
- (B) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
- (C) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
- (D) É vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- (E) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

47. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (B) sistemas de consórcios e sorteios.



- (C) sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais.  
(D) ~~educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.~~  
(E) ~~populações indígenas.~~

48. João, brasileiro nato, após devido processo legal, transitado em julgado, perdeu a nacionalidade brasileira em razão de ter optado voluntariamente por nacionalidade estrangeira. Anos depois, João retornou ao Brasil e adquiriu a nacionalidade brasileira por meio da naturalização. De acordo com a Constituição Federal, assinale qual dos cargos a seguir poderá ser ocupado por João.

- (A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.  
(B) Oficial das forças armadas.  
(C) Embaixador. *MP3 com*  
(D) Senador.  
(E) Ministro de Estado de Defesa.

49. De acordo com o contido na Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante

- (A) Referendo, Ação Popular e Iniciativa Popular.  
(B) Referendo, Eleições Gerais e Ação Popular.  
(C) Mandado de Injunção, Iniciativa Popular e Ação Direta de Inconstitucionalidade.  
(D) Plebiscito, Mandado de Injunção e Iniciativa Popular.  
(E) Plebiscito, Referendo e Iniciativa Popular.

50. De acordo com a Constituição Federal, na forma da lei, dentre outras, é condição de elegibilidade a idade mínima de trinta anos para Senador. *OK*

- (A) vinte e cinco anos para Governador.  
(B) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz.  
(D) dezoito anos para Vereador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.  
(E) trinta anos para Presidente da República.

51. Assinale a alternativa correta de acordo com o que disciplina a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- (A) É assegurado a todos o acesso à informação, sendo garantida a publicidade da fonte.

- (B) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.  
(C) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.  
(D) A retificação de dados perante os órgãos públicos, quando não se preferir fazer por processo sigiloso, judicial ou administrativo, poderá ser feita através de mandado de injunção.  
(E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às Leis Complementares.

52. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da Organização Político-Administrativa do Estado.

- (A) Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei ordinária.  
(B) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.  
(C) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária.  
(D) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação das Assembleias Legislativas dos Estados diretamente interessados e do Congresso Nacional, por lei ordinária.  
(E) São considerados como bens dos Estados da Federação os recursos minerais, inclusive os do subsolo.



53. De acordo com a Constituição Federal, compete PRIVATIVAMENTE à União legislar sobre

- (A) direito tributário.
- (B) caça e pesca.
- (C) previdência social.
- (D) desapropriação.
- (E) proteção à infância e à juventude.

54. De acordo com o texto constitucional, compete PRIVATIVAMENTE ao Senado Federal

- (A) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Procurador-Geral da República.
- (B) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- (C) autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.
- (D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.
- (E) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

55. De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO corresponda a uma atribuição privativa do Presidente da República.

- (A) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- (B) Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
- (C) Dispor, mediante decreto, sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- (D) Exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- (E) Autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

56. Assinale a alternativa correta de acordo com o que dispõe a Constituição federal acerca do Poder Judiciário.

- (A) Lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- (B) A Justiça Militar não está vinculada ao Poder Judiciário.
- (C) São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem a Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.
- (D) É obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes alternadas em lista de merecimento.
- (E) Ao juiz titular, não é obrigatório residir na respectiva comarca, salvo por determinação do tribunal.

57. De acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta acerca das Funções Essenciais à Justiça.

- (A) O Ministério Público da União compreende apenas o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho.
- (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- (D) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (E) É vedado, aos membros do Ministério Público, exercer a advocacia e qualquer outra função pública, inclusive de ministério.

58. Assinale a alternativa correta acerca do que o texto constitucional disciplina sobre o Estado de Defesa e o Estado de Sítio.

- (A) O decreto que instituir o Estado de Defesa poderá restringir o direito de reunião, salvo se exercido no seio das associações.
- (B) O decreto que instituir o Estado de Defesa não poderá, em hipótese alguma, restringir os direitos ao sigilo de correspondência, comunicação telegráfica e telefônica.
- (C) O tempo de duração do Estado de Defesa não será superior a vinte dias, podendo ser prorrogado por quantas vezes forem



(D) necessárias, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.  
O Presidente da República, ao solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatará os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria simples.

O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio, dentre outras hipóteses, no caso de declaração de estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

59. Tendo como base a Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca das Forças Armadas e da Segurança Pública.

- (A) Ao militar, é permitido o direito à sindicalização, mas vedado o direito à greve.
- (B) Não caberá habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- (C) Em tempo de paz, o serviço militar é obrigatório nos termos da lei, inclusive aos eclesiásticos.
- (D) O Corpo de Bombeiros Militar não integra diretamente os órgãos de segurança pública, porém é considerado um órgão auxiliar.
- (E) A Polícia Rodoviária Federal é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça e subordinado à Polícia Federal.

60. Assinale a alternativa correta acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre a Seguridade Social.

- (A) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- (B) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.
- (C) Os débitos com o sistema da Seguridade Social não impedem as pessoas jurídicas de contratar com o Poder Público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- (D) Constitui um dos objetivos da Seguridade Social a unicidade da base de financiamento.

(E) Em hipótese alguma, as contribuições sociais poderão ter alíquotas ou base de cálculo diferenciadas em razão de atividade empresarial.

### Noções de Direito Processual Penal

61. A legislação processual penal faz distinções entre as prisões temporária e preventiva. Qual alternativa apresenta a informação correta a respeito delas?

- (A) Tanto a prisão temporária como a prisão preventiva exigem prova de indício suficiente de autoria, mas apenas a primeira exige o requisito de que sua decretação se dê apenas nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.
- (B) A prisão temporária será decretada pelo juiz em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade, enquanto a prisão preventiva não possui prazo fixo para seu término.
- (C) Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos, enquanto os presos preventivos podem repartir espaços com os apenados de sentença já transitada.
- (D) Caberá prisão temporária para se assegurar a ordem econômica e caberá prisão preventiva para tutelar a lei penal quando o indiciado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade.
- (E) É possível decretar prisão preventiva para acusados de cometerem crime de associação criminosa de pena abstrata de reclusão de 1 a 3 anos, mas não é possível a decretação de prisão provisória para acusados que cometerem crime de extorsão de pena abstrata de reclusão de 4 a 10 anos.



62. Sobre o habeas corpus, é correto afirmar

- (A) que qualquer coação que parta de autoridade pública e constranja sujeito-particular enseja a impetração de habeas corpus
- (B) a concessão do habeas corpus consequentemente obstará o processo, pondo termo no seu prosseguimento jurisdicional.
- (C) o habeas corpus, embora classificado pela legislação processual penal brasileira como "recurso-penal", é uma ação de impugnação de natureza constitucional.
- (D) o habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, exceto pelo Ministério Público, órgão de natureza acusatória.
- (E) apenas os tribunais colegiados têm competência para expedir de ofício ordem de habeas corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal.

63. Acerca do inquérito policial brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A presidência da investigação de natureza criminal é privativa da polícia judiciária.
- (B) É permitido ao Ministério Público conduzir o inquérito policial como autoridade máxima.
- (C) A autoridade policial pode contrariar a moralidade ou a ordem pública na reprodução simulada de fatos concernentes a crimes contra a dignidade sexual.
- (D) A competência de apuração das infrações penais e da sua autoria não excluirá a de outras autoridades administrativas que não a polícia judiciária, a quem, por lei, seja cometida a mesma função.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito, caberá recurso para o Tribunal Regional Federal.

64. Sobre os prazos e demais disposições comuns sobre o inquérito policial brasileiro, é correto afirmar que

- (A) o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão.
- (B) os prazos de término do inquérito policial são disciplinados unicamente pelo Código de Processo Penal.
- (C) os prazos comuns do inquérito policial devem findar rigorosamente em 15 dias úteis.

- (D) o inquérito deverá terminar no prazo de 30 dias, quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (E) os prazos do inquérito policial contar-se-ão em dias úteis, contado o prazo do dia inicial e descontado o prazo do dia derradeiro.

65. Nos crimes de ação penal pública,

- (A) o inquérito policial será iniciado a requerimento do ofendido ou de seu procurador, excluídos os seus descendentes.
- (B) o requerimento do ofendido deverá conter imprescindivelmente a narração do fato, com todas as circunstâncias.
- (C) o inquérito policial será iniciado mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- (D) o inquérito policial poderá ser iniciado ainda que a ação pública dependa de representação, estando ela inicialmente ausente.
- (E) o inquérito policial não poderá extrapolar o prazo de 30 dias corridos quando se tratar de indiciados soltos, ainda que a autoridade policial requeira dilação.

66. O interesse de agir da ação penal deve ser analisado sob três aspectos distintos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional pleiteada; a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional, que se pretende obter; e a utilidade, que se traduz na eficácia da atividade jurisdicional para satisfazer o interesse do autor. Sobre essa temática, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigatoriedade de oferecer a denúncia significa que, em sede de alegações orais (ou de memoriais), o Ministério Público estará sempre objetivamente obrigado a pedir a condenação do acusado.
- (B) A utilidade consiste no ajustamento da providência judicial requerida à solução do conflito subjacente ao pedido.
- (C) A representação do ofendido, nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não é uma condição da ação penal.
- (D) Por força do princípio da obrigatoriedade, reservam-se aos órgãos persecutórios criminais todo e qualquer critério político ou de utilidade social para decidir se atuarão ou não.



(E) A "justa causa" é o suporte probatório mínimo (em regra constituído no inquérito policial) que deve lastrear toda e qualquer acusação penal.

67. O direito de ação penal é o direito público subjetivo de se pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A representação é retratável até o recebimento da denúncia pelo Juízo.
- (B) A ação penal, nas contravenções, só será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- (C) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação pública subsidiária da pública.
- (D) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- (E) As fundações, associações ou sociedades legalmente constituídas não poderão exercer a ação penal.

68. Sobre o direito de queixa e representação condicionantes da ação penal, vigora no Código de Processo Penal qual das seguintes regras?

- (A) O direito de representação poderá ser exercido, pessoalmente ou por procurador com poderes especiais, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
- (B) O órgão do Ministério Público não poderá dispensar o inquérito, ainda que, com a representação, forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal.
- (C) O Ministério Público não poderá desistir da ação penal pública condicionada já recebida pelo Juízo.
- (D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, jamais poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (E) Não existe perempção na ação penal privada.

69. Sobre jurisdição e competência, assinale a alternativa integralmente de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal.

- (A) A distribuição para a fixação da competência determinante para a fixação da competência jurisdicional.
- (B) A competência será, de regra, determinada pela natureza da infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) Compete ao Tribunal do Júri o julgamento de todos os crimes contra a vida previstos no Código Penal, consumados ou tentados.
- (D) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela prerrogativa de função.
- (E) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmarse-á pela prevenção.

70. Jurisdição é o poder atribuído, constitucionalmente, ao Estado para aplicar a lei ao caso concreto, compondo litígios e resolvendo conflitos. Sobre a temática da competência jurisdicional, assinale a alternativa correta.

- (A) Continência significa o liame existente entre infrações, cometidas em situações de tempo e lugar que as tornem indissociáveis, bem como a união entre delitos, uns cometidos para, de alguma forma, propiciar, fundamentar ou assegurar outros, além de poder ser o cometimento de atos criminosos de vários agentes reciprocamente.
- (B) A conexão e a continência não são ordinariamente consideradas causas suficientes para a modificação da competência.
- (C) Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.
- (D) No concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência deste.
- (E) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento inclusive no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores (vara da infância e juventude).



71. A respeito das competências por prevenção e prerrogativa de função, assinale a alternativa correta.
- (A) Caso um juiz decida um *habeas corpus* impetrado contra delegado que estaria constringendo ilegalmente algum suspeito, tornando-se ele prevenido para decidir o processo futuramente instaurado.
- (B) Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa.
- (C) Competirá, originariamente, aos Tribunais Regionais Federais o julgamento dos advogados públicos dos Estados ou Territórios.
- (D) Ao Supremo Tribunal Federal, competirá, privativamente, processar e julgar os governadores dos Estados.
- (E) A competência pela prerrogativa de função é tão somente dos tribunais superiores (STF, STJ, TST, STM e TSE), relativamente às pessoas que devam responder perante eles por crimes comuns e de responsabilidade.
72. Sobre o rito especial dos processos sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, o que prescreve o direito processual penal brasileiro?
- (A) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, competirá o processo e julgamento aos juízes leigos até o recebimento da denúncia.
- (B) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado advogado público filiado à procuradoria respectiva ao ente federativo, a quem caberá apresentar o pedido de suspensão dos autos até a devida citação.
- (C) A resposta não poderá ser instruída com documentos e justificações, mas tão somente com a indicação de eventuais testemunhas abonatórias.
- (D) Na instrução criminal dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos e nos demais termos desse tipo de processo, observar-se-á o disposto nos capítulos do Código de Processo Penal relativos após processos de rito comum.
- (E) O Juízo não poderá rejeitar a denúncia antes que se efetive a fase instrutória do processo penal com o interrogatório do réu.

73. Sobre as provas no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta.
- (A) O direito processual penal brasileiro não adota o sistema de avaliação de prova denominado "livre convicção" em nenhum dos ritos existentes no Código de Processo Penal.
- (B) O Tribunal do Júri utiliza o sistema de avaliação de prova chamado de "prova legal ou tarifada", onde há o preestabelecimento de um determinado valor para cada prova produzida no processo.
- (C) O juiz poderá fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação se a defesa do réu assim anuir em audiência de interrogatório.
- (D) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, sendo, porém, facultado ao juiz de ofício ordenar, mesmo antes de iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas consideradas urgentes e relevantes, observando a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida.
- (E) São expressamente vedadas ao Juízo.
74. Em se tratando da disciplina das provas ilícitas, é correto afirmar que
- (A) são consideradas provas ilícitas apenas aquelas que forem produzidas ao arripio de normas de natureza penal e extrapenal.
- (B) são inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.
- (C) as provas ilícitas admitidas no processo deverão ser desentranhadas e devidamente arquivadas no cartório da vara judiciária.
- (D) é possível emprestar para outro processo as provas ilícitas derivadas, não sendo estas automaticamente consideradas ilícitas ainda que detenham nexo de causalidade com as provas ilícitas originárias.
- (E) são entendidas como provas ilícitas as obtidas em violação a normas morais aferíveis a partir de análise da ética do "homo medius".
75. Sobre o exame de corpo de delito e sobre as perícias em geral, assinale a alternativa correta.
- (A) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior, mas, na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 pessoas idôneas, portadoras de diploma



de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

- (B) O assistente técnico indicado pelo querelante atuará a partir de sua admissão pelo Juízo e antes da conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas a impugnar o laudo oficial a qualquer tempo.
- (C) Os peritos não oficiais não serão intimados a prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo, podendo seu apontamento ser impugnado pela parte interessada, ainda que o laudo já tenha sido oficialmente protocolado nos autos processuais.
- (D) É vedado às partes, quanto à perícia, indicar assistentes técnicos pareceristas durante o curso do processo judicial.
- (E) O material probatório que serviu de base à perícia será disponibilizado antes do trânsito em julgado da sentença condenatória ou absolutória.
- 76. Corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais ou sensíveis deixados pela infração penal. A respeito dessa temática, assinale a alternativa correta.**
- (A) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- (B) O exame de corpo de delito deverá ser feito em dia e hora previamente agendados pela autoridade policial, respeitados os prazos de conclusão do inquérito policial.
- (C) A exumação para exame cadavérico poderá ser feita em qualquer dia e a qualquer hora, e o administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de desobediência.
- (D) O exame de corpo de delito é imprescindível, ainda que as lesões externas do cadáver permitam precisar a causa da morte e não haja necessidade de exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.
- (E) A autópsia será feita pelo menos seis horas depois do óbito, independentemente de qualquer entendimento em contrário dos peritos.

**77. Perícia é o exame de algo ou alguém realizado por técnicos ou especialistas em determinados assuntos, podendo fazer afirmações ou extrair conclusões pertinentes ao processo penal. A esse respeito, assinale a alternativa correta.**

- (A) O reconhecimento de escritos é o denominado exame datiloscópico que busca certificar, admitindo como certo, por comparação, que a letra inserida em determinado escrito pertence à pessoa investigada.
- (B) Se o exame tiver por finalidade precisar a classificação do delito de lesão corporal de natureza grave resultante de incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias, deverá ser feito logo que decorra o prazo de 10 dias, contado da data do crime.
- (C) Nos crimes cometidos de subtração da coisa, especialmente os delitos patrimoniais, os peritos devem indicar o modo de proceder do infrator, relatando os instrumentos utilizados (objetos para a consecução dos fins), os meios empregados (escadas, escavações), e em que época presume o fato ter ocorrido.
- (D) Os laudos, obrigatoriamente, serão ilustrados com provas fotográficas, ou microfotográficas, desenhos ou esquemas. Quando não houver escritos para a comparação de letra no exame respectivo, ou forem insuficientes os exibidos, a autoridade convidará a pessoa para escrever o que lhe for ditado.
- (E) Disciplinando o exame de corpo de delito e as perícias em geral, o Código de Processo Penal de 1941 prescreve que
- (A) no exame por precatória, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecante, independentemente da ação penal e da transação entre as partes.
- (B) proceder-se-á, quando necessário, à avaliação das coisas destruídas, que são as coisas estragadas ou degeneradas.
- (C) o juiz ficará adstrito ao laudo, devendo aceitá-lo no todo ou em parte.
- (D) nas perícias de laboratório, os peritos descartarão o material restante da perícia realizada, independentemente da eventualidade de nova perícia.
- (E) faculta-se ao peritos divergentes que apresentem, no mesmo laudo, as suas opiniões em seções diferenciadas e com respostas separadas aos quesitos ou, caso prefiram, elabore cada qual o seu laudo.



79. Sobre as prisões disciplinadas pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Se a infração for afiançável, a falta de exibição do mandado não obstará à prisão, e o preso, em tal caso, será imediatamente apresentado ao juiz que tiver expedido o mandado.
  - (B) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia corrido e a qualquer hora, excluídas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
  - (C) Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, este encaminhará ofício à autoridade policial da jurisdição do acusado e determinará o cumprimento do mandado por comunicação postal, fac-símile ou digital.
  - (D) Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.
  - (E) Quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor ou da legalidade do mandado que apresentar, não poderão colocar em custódia o réu, até que fique esclarecida a dúvida.
80. "Flagrante" significa o manifesto, ou evidente, e o ato que se pode observar no exato momento de sua ocorrência. Sobre a prisão em flagrante e suas eventuais conversões, assinale a alternativa correta.
- (A) A prisão em flagrante é uma modalidade de execução provisória da pena.
  - (B) A prisão em flagrante só pode ocorrer mediante a expedição de mandado judicial prévio que possibilite a identificação e localização do acusado.
  - (C) Sendo modalidade de prisão cautelar, a prisão em flagrante só é cabível em crimes afiançáveis em que a pena abstrata seja superior a 4 anos de privação de liberdade máxima.
  - (D) A prisão em flagrante é a modalidade de prisão cautelar, de natureza administrativa, realizada no instante em que se desenvolve ou termina de se concluir a infração penal (crime ou contravenção penal).

- (E) A prisão em flagrante pode ser convertida em prisão temporária, mas a prisão preventiva só pode advir de decisão judicial fundamentada enquanto estiver solto o acusado.

### Noções de Direito Penal

81. De acordo com a Lei nº 4.898/65, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa e penal, nos casos de abuso de autoridade, assinale a alternativa correta.
- (A) A Lei nº 4.898/1965 possui delitos de ação penal privada.
  - (B) A Lei nº 4.898/1965 possui delitos omissivos próprios.
  - (C) Existe na Lei nº 4.898/1965 forma culposa de delito de abuso de autoridade.
  - (D) Segundo a Lei nº 4.898/1965, o abuso de autoridade sujeitará o seu autor apenas a sanções penais.
  - (E) Uma das sanções penais cominadas para o crime de abuso de autoridade é a pena de reclusão de dez dias a seis meses.
82. Assinale a alternativa correta.
- (A) Nos termos do que dispõe a Lei nº 11.343/2006, quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido à pena de medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo pelo prazo máximo de 12 meses, desde que o agente seja reincidente.
  - (B) A Lei nº 4.898/1965 não prevê a possibilidade de aplicação de pena de multa para aquele que pratica conduta tipificada como abuso de autoridade.
  - (C) Nos termos do que dispõe a Lei nº 8.072/1990, o crime de roubo majorado pelo emprego de ~~arma~~ de fogo é considerado hediondo.
  - (D) Segundo o disposto na Lei nº 8.137/1990, constitui crime contra a ordem tributária as condutas de deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.



(E) Nos termos do que dispõe o Código Penal, o agente que praticar o delito de falsa perícia terá sua pena reduzida de um a dois terços se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, retratar-se ou declarar a verdade.

83. Segundo dispõe o artigo 7º, inciso I, do Código Penal, fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime de genocídio, ainda que o agente seja estrangeiro e não resida no Brasil.

- (A) contra o patrimônio do Presidente da República.  
(B) contra a liberdade de Ministro das Relações Exteriores.  
(C) contra o patrimônio de fundação instituída pelo Poder Público.  
(D) contra a vida de empregado de Sociedade de Economia Mista.

84. O agente que pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, age amparado por qual causa excludente de ilicitude?

- (A) Legítima-defesa.  
(B) Estado de necessidade.  
(C) Estrito cumprimento de dever legal.  
(D) Exercício regular de direito.  
(E) Consentimento do ofendido.

85. Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?

- (A) Furto.  
(B) Concussão.  
(C) Peculato.  
(D) Prevaricação.  
(E) Corrupção passiva.

86. Assinale a alternativa que apresenta crimes que admitem a forma culposa.

- (A) Homicídio, lesão corporal e emprego irregular de verbas ou rendas públicas.  
(B) Concussão, injúria e dano.  
(C) Prevaricação, homicídio e omissão de socorro.  
(D) Homicídio, lesão corporal e peculato.  
(E) Advocacia administrativa, dano e lesão corporal.

87. A conduta de deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, configura

- (A) crime de abuso de autoridade, previsto na Lei nº 4.898/1965.  
(B) crime contra a administração pública, previsto no Código Penal.  
(C) crime contra a ordem tributária, previsto na Lei nº 8.137/1990.  
(D) crime previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas).  
(E) crime hediondo, previsto na Lei nº 8.072/1990.

88. Nos termos do artigo 107 do Código Penal, extingue-se a punibilidade

- (A) pela anistia, mas não pela graça ou indulto.  
(B) pelo perdão aceito, nos crimes de ação penal pública.  
(C) pela prescrição e decadência, mas não pela perempção.  
(D) pela retroatividade de lei que não mais considera o fato criminoso.  
(E) pela retratação do agente, em qualquer delito contra o patrimônio.

89. De acordo com o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução, mas não os efeitos penais da sentença condenatória.  
(B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.  
(C) Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.  
(D) Considera-se praticado o crime no momento em que o agente atinge o resultado pretendido.  
(E) Em nenhuma situação, a lei brasileira pode ser aplicada aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada.



90. Considerando as disposições do Código Penal em relação ao concurso de pessoas, assinale a alternativa

(A) **INCORRETA.**

Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

(B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

(C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

(D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, ainda que elementares do crime.

(E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

91. De acordo com a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências, assinale a alternativa **correta**.

(A) É considerado crime hediondo o homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, exceto se cometido por um só agente.

(B) Não é considerado hediondo o crime de epidemia com resultado morte.

(C) Não é considerado hediondo o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.

(D) É considerado hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

(E) Não é considerado hediondo o crime de homicídio qualificado.

92. Em relação aos crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que

(A) não se equipara a funcionário público, para os efeitos penais, quem exerce emprego em entidade paraestatal.

(B) o funcionário público que deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, para satisfazer sentimento pessoal, pratica o crime de condescendência criminosa.

(C) no crime de corrupção passiva, a pena é aumentada de um terço, se, em

consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

(D) pratica o delito de prevaricação o funcionário público que deixar, por induigência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

(E) não constitui crime contra a Administração Pública abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei.

93. Considerando o disposto na Lei nº 11.343/06 (Lei Antidrogas), assinale a alternativa **correta**.

(A) Constitui crime punido com pena de reclusão a conduta de oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, à pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem.

(B) A Lei nº 11.343/06 não criminaliza a conduta de conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.

(C) Quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar poderá ser submetido à pena de prestação de serviços à comunidade.

(D) Prescreve em 1 ano a imposição e a execução da pena para quem adquirir, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

(E) O tráfico transnacional de drogas não configura uma causa de aumento de pena.

94. Em relação ao crime de furto, é correto afirmar que

(A) a pena é aumentada de um terço se a subtração for de semóvente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração.

(B) se o criminoso é primário e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode isentar o agente de pena.

(C) não se equipara à coisa móvel a energia elétrica.

(D) o furto é qualificado se o crime for cometido com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa.

(E) a pena é aumentada de três quintos se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior.



95. Assinale a alternativa correta.
- (A) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.
- (B) Se o fato é cometido sob coação irresistível, só é punível o autor da coação.
- (C) Se o fato é cometido em estrita obediência à ordem, ainda que manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da ordem.
- (D) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena.
- (E) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e não permite a punição por crime culposos, ainda que previsto em lei.
96. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a única que NÃO majora de 1/3 até a metade a pena para o autor do delito de feminicídio.
- (A) Praticar o crime nos 3 meses posteriores ao parto.
- (B) Praticar o crime contra pessoa menor de 14 anos.
- (C) Praticar o crime contra pessoa com deficiência.
- (D) Praticar o crime na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima.
- (E) Praticar o crime contra pessoa maior de 60 anos.
97. Considerando o que dispõe o Código Penal, o crime de dano é qualificado se cometido
- (A) durante o repouso noturno.
- (B) mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- (C) com destreza.
- (D) com escalada.
- (E) por motivo egoístico.

98. Em relação aos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.
- (A) É isento de pena o agente que pratica o crime de roubo contra seu cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- (B) É isento de pena o agente que pratica o crime de furto em prejuízo de seu cônjuge, que possui 50 anos de idade, na constância da sociedade conjugal.
- (C) A pena do delito de receptação é reduzida de um a dois terços se o crime for praticado contra descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo.
- (D) A pena do delito de furto é aumentada de um terço se o crime for praticado em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- (E) É isento de pena quem pratica o crime de extorsão em prejuízo do cônjuge judicialmente separado.
99. Em relação aos crimes contra a pessoa, assinale a alternativa correta.
- (A) Praticar o crime de lesão corporal de natureza grave, a pessoa que ofender a integridade corporal de outrem, causando-lhe incapacidade para as ocupações habituais, por dez dias.
- (B) Não constitui injúria, difamação ou calúnia punível, a ofensa proferida em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- (C) No homicídio doloso, a pena é aumentada de um terço se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as consequências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante.
- (D) No delito de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, a pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico.
- (E) Deve ser punido o aborto praticado por médico, ainda que não exista outro meio de salvar a vida da gestante.



- 100. Assinale a alternativa INCORRETA.**
- (A) A pena do delito de roubo é aumentada de dois terços se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- (B) A pena do delito de roubo é aumentada de um terço até a metade, se há o concurso de duas ou mais pessoas.
- (C) A pena do delito de furto é aumentada de um terço se houver emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.
- (D) Se o delito de extorsão é cometido por duas ou mais pessoas, ou com emprego de arma, é aumentada a pena de um terço até a metade.
- (E) A pena do delito de apropriação indébita é aumentada de um terço quando o agente recebeu a coisa em depósito necessário.